



MARIALVA

Vereadores aprovam projeto que proíbe assédio moral nas repartições municipais

16 de março de 2016

Data	Fonte	Crédito da Imagem
16 de março de 2016	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	

A quinta sessão, da 15ª legislatura da Câmara Municipal de Marialva, que aconteceu na noite da última segunda-feira (14), foi marcada pela discussão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 9/2016, que cria o adicional de escolaridade para os servidores públicos de Marialva.

Durante a sessão, também foi aprovado outro Projeto de Lei que dispõe sobre o trabalho dos servidores: o PL (04/2016), de autoria do Executivo, que proíbe o assédio moral no âmbito da Administração Direta e Indireta da Prefeitura. O projeto, que prevê penalidades como advertência, suspensão, demissão e perda do cargo para aqueles que cometerem assédio moral, teve unanimidade de votos.

Ainda em terceira discussão, foi aprovado o PLC (02/2016), de autoria do Executivo, que altera o Mapa de Zoneamento Urbano do Município e dispõe sobre o uso e a ocupação do solo. A maioria dos vereadores concordou em direcionar o Lote nº84-A-Rem (localizado na faixa contínua à BR- 369 e PR- 455 - às margens da rodovia) exclusivamente à implantação de indústrias. Os terrenos adjacentes à esta zona industrial servirão para o comércio e habitação.

Foi aprovada, pela maioria, a Emenda modificativa (2/2016), proposta pelo vereador Paulinho da Prefeitura (PR). A emenda obriga a empresa que ficar responsável pelo lote de terras sob nº 9-A/9-A-1, localizado na região da Gleba Pinguim, a pavimentar a via de ligação entre o local e a área urbana mais próxima. O PLC (01/2016), de autoria do Executivo, que transforma esta região rural em uma zona urbana, recebeu maioria favorável na segunda discussão.

Já o projeto de Emenda à LOM (01/2016), dos vereadores Sebastião Rosa (PR), Wesley Araújo (PT) e Leonir Maria Garbugio Belasque (PSB), que dispõe mais claramente sobre o exercício da soberania popular por meio do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, foi aprovado pela maioria dos vereadores durante o segundo turno.